

A (Ciência) Política como saber escolar e os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015

Guilherme Fernando Schnekenberg¹

RESUMO

Este artigo sintetiza Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo compreender quais abordagens foram utilizadas para apresentar categorias da política nos seis livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no edital referente a 2015, 2016 e 2017. Aqui, escolhemos a Política como categoria-eixo para discutir as outras que analisamos. Recuperamos alguns aspectos da produção de manuais de Sociologia, da construção de nossa disciplina escolar, dos textos que a orientam. Tais parâmetros, além dos próprios livros, foram usados para construir a lista que categoria que analisamos. Além da Política, são elas: Cidadania e Participação Social; Direitos; Movimentos Sociais; Poder; Dominação; Estado; Democracia; Governo, regimes e sistemas políticos; Ciência Política. Além de pontuada como categoria de análise, a Ciência Política esteve entre as disciplinas que serviam de referência para apresentar tais categorias nas obras que analisamos. Trazemos alguns elementos históricos de sua conformação para pensar a área como saber escolar, dividindo espaço com disciplinas como a Sociologia, a História e o Direito, sempre que diferentes objetos, temas e conceitos da Política vem à tona nos livros que analisamos.

Palavras-chave: Livros didáticos; Ensino de Ciência Política; Ensino de Sociologia; Currículo; Saber escolar.

¹ Professor de Sociologia na Escola Estadual Profª. Juvenília Ferreira dos Santos pela rede estadual de Educação Básica de Minas Gerais. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, é especialista em Educação Especial pela Faculdade Padre João Bagozzi e aluno da especialização em Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: gfschnek@gmail.com.

ABSTRACT

This article synthesises our monography of graduation conclusion, which goal was to comprehend which approaches were used to present politics categories in the six textbooks of Sociology aproved by Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) at 2015, 2016 and 2017. In this text, we chose Politics as the main category to present the other ones we analyzed. We bring some aspects about production of Sociology textbooks, the building of our scholar knowledge, and its leading texts. This parameters alied to the textbooks were used to gather a list of the categories we analyzed: Politics; Cityzenship and Social Participation; Rights; Social Movements; Power; Domination; State; Democracy; Government, political regimes and systems; Political Science. Beyond pointed as one of the categories, Political Science was between the disciplines used to present those categories in the books we analyzed. We point some historical outline to undesrtand that discipline as a scholar knowledge, sharing space with other sciences such as Sociology, History and Law, everytime different objects, themes and concepts were bought in the textbooks we analyzed.

Key-words: Textbooks; Teaching of Political Science; Teaching of Sociology; Curriculum; Scholar knowledge.

Este trabalho foi concebido a partir da seguinte indagação: que conhecimento deve ser levado, através da disciplina escolar de Sociologia, à escola pública brasileira? Especialmente, os conhecimentos sobre a “Política”, sob diferentes perspectivas, eram motivo de preocupação, sobretudo, quando comparados aos conteúdos de Sociedade, Trabalho e Cultura. Enquanto estes últimos poderiam ser transmitidos através da Sociologia e da Antropologia, aquele primeiro nem sempre se fundamentava na Ciência Política, terceira área das Ciências Sociais. Assim, a contemplação das três áreas nos livros didáticos de nosso componente curricular se evidenciou como um problema concreto, a partir do qual decidimos construir um problema de pesquisa.

É como fruto daquela investigação que apresentamos este texto, uma síntese de um Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a banca² da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Naquela monografia (SCHNEKENBERG, Guilherme F., 2017), estão expostas as abordagens sobre dez categorias da Política usadas por seis livros didáticos de Sociologia, aprovados pela edição de 2015 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No artigo que, com orgulho e lisonjeio, escrevemos para esta revista, utilizaremos o conceito de Política como núcleo, a partir do qual sintetizamos os resultados da investigação e resumimos as abordagens sobre outras categorias que aparecem nos livros didáticos.

Escolhemos aquelas peças didáticas por serem as que estavam em circulação nas escolas públicas brasileiras na época. Conforme discutiremos no primeiro tópico do texto, a ‘A Política dos Livros Didáticos’ não apenas dá nome à seção de nosso texto, mas é questão que contextualiza e justifica nossa pesquisa. Uma vez que o governo federal distribuía estes livros gratuitamente, promoveu-se uma expansão no acesso ao conhecimento ali disposto. Esta seção apresenta, então, especificamente, os livros que analisamos em nossa investigação, e um pouco sobre a relação entre a Sociologia no Brasil e os manuais produzidos para esta disciplina escolar.

No texto monográfico, explicamos que a escolha das categorias foi baseada em dois pontos, além do conteúdo existente nos próprios livros didáticos: a ligação com o tema da “Política” e os textos da política curricular oficial. Em primeiro lugar, uma análise dos documentos oficiais que orientam a organização da disciplina escolar de Sociologia nos

² Presto agradecida homenagem à banca pela qual o trabalho foi aprovado: as professoras Simone Meucci e Maria Tarcisa da Silva Bega. Além delas, participou também Maria Aparecida, a Bridi, que orientou este trabalho com o carinho de uma professora do Ensino Fundamental, a profundidade de uma professora do Ensino Superior, e a seriedade que o Ensino Médio nos exige.

permitiu sistematizar um repertório de conteúdos recorrentes. A comparação entre sumários das peças didáticas a serem analisadas e o texto oficial da política curricular foi nosso instrumento para eleger conhecimentos circulantes na Educação Básica. Parte daquela análise, sobre os documentos oficiais, está contida no artigo apresentado aqui, no segundo tópico, de título ‘O Texto das Políticas Curriculares e a Escolha das Categorias de Análise’.

Para este trecho do texto, é importante adiantarmos quais conceitos e temas fizeram parte de nosso objeto de estudo: Política; Poder; Dominação; Estado; Democracia; Governo, Regimes e Sistemas Políticos; Cidadania e Participação Social; Direitos; Movimentos Sociais; Ciência Política (a disciplina, os e as estudiosas da área, e como abordagem de forma geral no livro). É possível observar neste grupo a ligação com a Política como marca deste grande conjunto de temas que pode agregar conhecimento de várias áreas. Preferimos abordar apenas estas categorias, que tinham relação mais explícita com a Ciência Política que com as outras duas áreas das Ciências Sociais, o segundo ponto no qual se ancorou a escolha das categorias.

Seja de nossa disciplina específica, seja trazendo conhecimentos de disciplinas vizinhas como a Filosofia, tentamos compreender como os livros didáticos embasavam a apresentação de cada “conhecimento da Política”. Discutiremos algumas das questões do recorte desta nossa disciplina em ‘(Ciência) Política como Saber Escolar?’. Intitulada com uma das principais perguntas da pesquisa, esta terceira seção traz dados sobre a formação dos autores e autoras dos livros analisados, e a relação entre a Ciência Política e a Educação Básica.

O quarto tópico deste artigo apresentará ‘Os temas da Política nas Obras Analisadas’, aonde trataremos como a categoria da Política foi abordada nos seis livros que apresentamos. Paralelamente, tentaremos trazer uma noção de como as outras categorias que estudamos foram

apresentadas ao longo das seis peças didáticas. Mais uma vez, pontuamos algumas informações sobre a tradição acadêmica da Ciência Política para analisarmos em que medida ela aparece nas obras analisadas.

Apresentados nosso material de pesquisa, a problematização da investigação, a instrumentalização para a análise, e a catarse quanto às categorias abordadas nos livros, encerraremos o artigo com uma síntese do concreto conforme pensado por nós, por meio daquele trabalho de conclusão de curso. Em ‘A Política nos Livros Didáticos’, retomamos as questões que discutimos ao longo do artigo, recuperamos apontamentos finais de nossa monografia, e lançamos novas hipóteses e questões pertinentes ao tema da investigação.

Tendo resumido nossas intenções de forma geral e introduzido o conteúdo deste artigo, passamos a pontuar em mais detalhes nosso objeto de pesquisa.

A Política dos livros didáticos

Antes de apresentarmos os livros que analisamos, é preciso traçar, em linhas gerais, o histórico da circulação de livros escolares no Brasil. Aqui, o Estado se preocupa oficialmente com a circulação de livros escolares desde 1937. Entendendo o manual didático como meio de difusão ideológica, o governo autoritário de Getúlio Vargas passou a controlar sua produção e distribuição (CAVALCANTE, 2015).

Uma década antes, a Sociologia foi implantada de fato nos cursos complementares (preparatórios para os exames vestibulares), e nos cursos normais (formação para a docência) (MEUCCI, 2007). Presente nas escolas de ensino secundário, a disciplina era chamada a formar a elite para governar, e formar docentes com manejo do pensamento racional. Implantada por um governo ditatorial, a disciplina viria a ser retirada da escola pela democracia.

Ao lado da questão ideológica, convém lembrar o papel do Estado brasileiro em garantir a sobrevivência do mercado editorial, naquela época como hoje em dia. Espaço que se abria às editoras num período de expansão do capitalismo em nosso país, o setor de livros didáticos representava retorno garantido às editoras. De lá para cá, o investimento estatal nestas mercadorias colocou nosso Estado entre os maiores compradores de livros do mundo, chegando a salvar o setor dos didáticos mesmo em contextos de crise no mercado editorial. De fato, no ano de 2007, “foram distribuídos 120.688.704 livros para os 42.565.864 alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio do país” (CASSIANO, 2007, p. 2) Com esses dados, fica evidente a participação do Estado em uma regulação – principalmente positiva ao empresariado – do mercado editorial.

Apesar de outros problemas estruturais da Educação Básica, hoje, as políticas do livro didático garantem a distribuição à totalidade de escolas públicas brasileiras, destinado a todos e todas as estudantes nelas matriculadas. Surgido em 1985 a partir de políticas anteriores, é o PNLD o programa responsável por essa circulação, com mudanças desde que institucionalizou-se a produção e a distribuição de livros escolares.

Em 2011, o programa incorporou o PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. É aqui que a Sociologia passa a fazer parte do conjunto de obras financiadas pelo Estado e distribuído às escolas públicas. Obrigatória em todas as séries daquele nível da Educação Básica desde 2008,³ a disciplina passa a ser contemplada com um livro único para os três anos de Ensino Médio.

³ O período máximo para a implantação da disciplina era o ano de 2012, quando todas as escolas deveriam ter incluído o componente curricular de Sociologia em todas as séries do Ensino Médio.

Algumas mudanças dos manuais didáticos⁴ das últimas cerca de oito décadas precisam ser pontuadas. É preciso apontar certo esvaziamento de conteúdo, tratado, por exemplo, pela pesquisadora Ana Aparecida Arguelho de Souza. Essa pesquisadora analisa livros didáticos de Língua Portuguesa e Literatura usados no Estado de Mato Grosso do Sul, e faz uma análise que generaliza para a valorização do ensino escolar e do conhecimento. Segundo a autora, vivemos um processo de vulgarização do conhecimento escolar, que se mostra também nos livros (SOUZA, 2010).

Outra pesquisadora, Simone Meucci, ao tratar das obras de Sociologia, apontou para o forte apelo imagético destes que se parecem muito com revistas, mercadorias produto da indústria cultural (MEUCCI, 2014). Ambas criticam a argumentação segundo a qual é preciso aproximar o conhecimento científico e o mundo do aluno (MEUCCI, 2013; SOUZA, 2010). Sob este discurso, mais uma vez, rebaixamos o nível do conhecimento disponível na Educação Básica.

Escapa aos limites de nossa investigação fazer afirmações sistemáticas semelhantes sobre a totalidade e o conjunto dos livros didáticos. Sabemos que há dificuldades na produção destas obras, e não ignoramos as muitas de suas importantes contribuições. Fato é que é importante primar pela qualidade destes produtos, uma vez que são: fonte primordial de leitura, estudo e pesquisa para estudantes da Educação Básica; e exemplo de seleção de conteúdos e até de metodologias de ensino para docentes.

Em outro momento, os manuais didáticos foram importantes para a própria consolidação da Sociologia. Se a disciplina se fez presente na escola na década de 1920, o a primeira graduação da área no Brasil só

⁴ Usamos o termo “manuais didáticos” entendendo que é uma expressão específica do mesmo objeto chamado de livro didático. Com trajetória coincidente, intercalamos as duas expressões à medida em que falamos de diferentes momentos históricos ou da abordagem de diferentes autores estudiosos das obras deste tipo.

foi criada em 1933 (na Escola Livre de Sociologia e Política, seguida pela Universidade de São Paulo, em 1934, pela Universidade do Distrito Federal, em 1935, e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938) (GUELFI, 2007; MEUCCI, 2007). Nesse contexto, a larga produção de manuais didáticos de Sociologia foi fator de consolidação da disciplina em nível acadêmico.

Voltando ao saber escolar, podemos dimensionar o lugar dos temas de Cultura e Política nos manuais didáticos do primeiro quartel do século XX. Se, na época, a Sociologia era mais consolidada que Antropologia e Ciência Política, também podemos observar que as temáticas destas duas áreas tomavam menos forma nos manuais. Tomando por referência artigo de Wanirley Guelfi (GUELFI, 2007), podemos afirmar que Cultura e Estado eram temas que ganhavam o espaço de um capítulo, ao lado de outros capítulos que discutiam variadas questões mais específicas da Sociologia.

Embora a autora não tenha feito esta afirmação, podemos enxergar divisão parecida nos livros de Sociologia distribuídos nesta década de 2010. Na maioria das obras que analisamos, Cultura e Política são partes menores. Sobre a presença da Antropologia, por exemplo, Amurabi Oliveira afirmou, genericamente, que a área ganha espaço apenas nos capítulos de Cultura (OLIVEIRA, 2013). Nossa esforço com a pesquisa aqui sintetizada foi verificar, na totalidade dos livros distribuídos pelo PNLD 2015, se a Ciência Política aparecia de forma semelhante. Num primeiro momento, um tanto quanto confirmado pela pesquisa, a política parece ser um só conjunto de conhecimentos ao lado de vários outros mais próximos da Sociologia.

Levando tudo isto em consideração, tentamos compreender as abordagens de categorias da Política nos seis livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015, ou seja, em circulação durante a produção de nossa monografia:

- Sociologia, edição de 2013 da Scipione. Autoras: Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi, Silvia Maria Araújo (aprovado, em outra edição, pelo PNLD 2018);
- Sociologia em Movimento, edição de 2013 da editora Moderna. De Afrânio Silva e outros 14 autores e autoras professoras do Colégio Dom Pedro II (aprovado, em outra edição, pelo PNLD 2018);
- Sociologia Hoje, edição de 2013 da editora Ática. Autores: Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim, Igor José de Renó (aprovado, em outra edição, pelo PNLD 2018);
- Sociologia para Jovens do Século XXI, edição de 2013 da editora Imperial Novo Milênio. Autores: Luiz Fernandes Oliveira, Ricardo César Rocha da Costa (aprovado, em outra edição, pelo PNLD 2018);
- Sociologia para o Ensino Médio, edição de 2013 da editora Saraiva. Autor: Nelson Dacio Tomazi (aprovado, em outra edição, pelo PNLD 2012);
- Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, edição de 2013 da Editora do Brasil. De Helena Bomeny e outras três autoras (aprovado, em outras edições, pelo PNLD 2012 e pelo PNLD 2018).

Tendo trazido à tona algumas das questões que permeiam a produção das obras que analisamos, passaremos a discutir os documentos que orientam o ensino de Sociologia, e, consequentemente, a produção dos livros didáticos da área.

O texto das políticas curriculares e a escolha das categorias de análise

Nesta seção, discutimos os documentos oficiais que orientam o ensino de Sociologia no Ensino Médio a nível nacional, além do edital do PNLD que regeu a escolha dos livros que analisamos. Tais documentos serviram de parâmetro para escolher as categorias que estudamos nas peças didáticas. Além disso, apresentamos como contribuição ao debate das políticas curriculares uma sistematização dos conhecimentos lá indicados, do recorte disciplinar que fazem, e uma crítica principiante de seu viés ideológico-pedagógico no contexto político e econômico mundial.

Aqui, apresentaremos: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (2000); as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) (2002); as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) (2006); e o Edital do Programa Nacional do Livro Didático 2015 (publicado em 2013). Escolhemos tratar apenas destes, e não de outros documentos oficiais, porque são estes que analisamos os que fazem indicações de conteúdos, portanto, os que indicam os conhecimentos que estão circulando de fato na educação pública.

Os PCN, embora não tenham a intenção de normatizar ou tornar conteúdos obrigatórios, pontuam uma série de temas e conceitos que podem ser socializados na Educação Básica.⁵ Concordamos com Julia Malanchen sobre os PCN não darem prioridade ao conhecimento em suas formas sistematizadas, mas as colocarem no mesmo nível que o saber cotidiano (MALANCHEN, 2017). Nesse sentido, essas linhas da política curricular vão ao encontro da flexibilização do trabalho, e criam uma orientação pedagógica que forme habilidades e competências de aptidão para estas mudanças no mundo do trabalho.

Conforme afirmamos no texto da monografia, ao não colocar os conteúdos como prioridade, as habilidades e competências não cumprem a função de sistematizar a tradição acadêmica da área. Mesmo tendo em vista a possibilidade de apropriação crítica e positiva das competências e habilidades por várias instituições escolares e trabalhadoras da educação, o trabalho pedagógico perde, em mais um ponto, a ligação com a ciência referência do saber escolar das diferentes disciplinas.

Ao mesmo tempo, ao falar dos saberes de referência, os PCN trazem Antropologia, Sociologia e “conhecimentos da Política” como fontes para o componente curricular específico. Aqui, este documento

⁵ Cf. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias.** 2000.

indica a existência factual da disciplina e orienta em direção à consolidação da disciplina, no mesmo patamar da Geografia, da História e da Filosofia. As Ciências Sociais teriam seu espaço no Ensino Médio legitimado por este documento, com a ressalva de que a Ciência Política perde seu espaço para os “conhecimentos da Política”.⁶ Ainda assim, a Sociologia figura nos PCN, ora como uma das áreas específicas, ora como nome do componente curricular.

O mesmo acontece nas PCN+, 2002, que também indicam a importância da interdisciplinaridade e repetem a menção às áreas do Direito, da Economia e da Psicologia. Entretanto, estas orientações complementares vão dar mais centralidade à Sociologia que à Antropologia e à “Política”, equiparadas às ciências humanas supracitadas, englobadas no componente curricular como se não fossem parte dele. Por outro lado, a Ciência Política é mencionada nas PCN+,⁷ diferentemente dos PCN.

A eleição da Sociologia como saber de referência central da disciplina escolar é como que consolidada com as OCEM, de 2006. Um dos avanços do documento é colocar a desnaturalização e o estranhamento como objetivos básicos de nossa disciplina escolar.⁸ Assim, ele indica menos conteúdos que auxiliariam na escolha de nossas categorias de análise – de fato, não depreendemos deste documento uma lista sistemática de conceitos e temas.

⁶ Cf. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. 2000.

⁷ Cf. BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2002.

⁸ Em nossa monografia, não discutimos se esses objetivos rompem totalmente com o ideário pedagógico neotecnicoista das competências e habilidades, e carecemos de espaço para colocar essa complexa discussão. Friso que reconhecemos seu valor e a possibilidade de apropriação crítica e positiva, mas também a necessidade de rigor para pensar a questão.

Quanto ao recorte disciplinar que faz, as OCEM representam o ápice de um processo que aponta para a Sociologia como disciplina central. Este status não fora reconhecido pelos PCN e pelas PCN+, que explicitavam as outras áreas ou as englobavam no componente curricular. As OCEM afirmam, explicitamente, que Antropologia e Ciência Política podem tomar o lugar da Sociologia para tratar de temas como outras sociedades e partidos políticos. Ao fazer isso, é o primeiro documento que torna explícita a base na Ciência Política para tratar dos objetos de estudo relacionados à política; antes, prevalecia uma política como ação representando um conjunto de conhecimentos (BRASIL, 2000).

Mais normativo que estes três documentos, o Edital do PNLD 2015 (publicado em 2013) retoma a posição igualitária entre Sociologia, Antropologia Cultural e Ciência Política. De fato, apresentar as três áreas aparece como quesito passível de eliminação da obra do processo de escolha. Outro critério a ser analisado pela comissão é o livro:

favorece o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como *cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais* deverão ser apresentados; [itálicos do documento]. (BRASIL, 2013, p. 56)

Deste edital, Estado, Poder e Dominação são as três categorias que julgamos serem parte dos “conhecimentos da política”. Consta nos anexos deste artigo a sistematização de conceitos, métodos e objetos indicados pelos PCN como possibilidades do componente curricular de Sociologia. Lá, destacamos aqueles que consideramos próximos aos “conhecimentos da Política” para serem, por nós, analisados. Já as PCN+ apresentam uma lista de eixos temáticos já sistematizada, que não traremos aqui, mas pode ser conferida no próprio documento ou em nossa monografia. Das PCN+, de maneira geral, consideramos o eixo temático

“Política e Sociedade” e os subtemas “As Estruturas Políticas” e “Democracia Participativa”. É destas listas que extraímos a seguinte, de categorias que analisamos em todas as páginas textuais dos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015:

- Ciência Política (incluindo a menção a autores e autoras como cientistas políticas);
- Política;
- Cidadania e Participação Social (com definições aproximadas nos livros);
- Direitos;
- Movimentos Sociais;
- Poder;
- Dominação;
- Estado (inclusive, especificamente, o Estado brasileiro);
- Governo, regimes e sistemas políticos (diferentes tipologias que aparecem nos livros didáticos);
- Democracia (considerando seus vários usos, à exceção do conceito de democracia racial, que, em nossa hipótese, cumpria uma função diferente nas Ciências Sociais).

Sendo estas categorias que têm, considerando os documentos oficiais, presença regular na disciplina escolar de Sociologia e em seus livros didáticos, partiremos a algumas informações sobre a consolidação da Ciência Política e sua possibilidade como saber escolar.

(Ciência) Política como saber escolar?

Antes de tentar verificar (e imaginar) a presença da Ciência Política nos livros didáticos de Sociologia, é importante conhecer alguns dados de sua trajetória que explicam a conformação atual. Se esta área das Ciências Sociais não toma forma nem volume dentro do saber escolar, isto tem a ver com a história de sua consolidação no Brasil e da autonomização de seu objeto/disciplina.

De saída, lembremos que a autonomização da disciplina em nosso país não é muito antiga: ela pode ser considerada a caçula das Ciências

Sociais. Antes um braço da Sociologia, a maioria dos autores reconhece a consolidação da disciplina aqui em questão apenas a partir da década de 1960 (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2010). Embora tanto Antropologia quanto a Ciência Política estivessem presentes desde a década de 1930, foi o investimento no sistema brasileiro de pós-graduação que as permitiu tomar fôlego de disciplinas específicas. No caso da Política, reflexões vigorosas pensavam este objeto como esfera específica desde antes desse crescimento (LAMOUNIER, 1982). Segundo Fernando Leite (2010), uma abordagem politicista (mais disciplinar) só veio a aparecer mais recentemente, prevalecendo, antes, uma abordagem societalista, que explicava os fenômenos políticos intrinsecamente ligados aos outros fenômenos de ordem social (LEITE, 2010).

Ainda, Maria Cecília Spina Forjaz argumenta que a influência da sociologia europeia não permitiu a emergência da política como disciplina específica. Em algumas escolas superiores de Sociologia, a escola francesa e o marxismo atentavam para as condições culturais ou determinações econômicas do Estado (FORJAZ, 1997). Foi na Universidade Federal de Minas Gerais, se distanciando das Faculdades de Filosofia para se aproximar às de Economia, que a Ciência Política tomou sua forma atual. Lá, os cursos superiores da área não formavam professores, mas para assessoria ao governo e para o mercado empresarial (FORJAZ, 1997).

Além disso, o contexto internacional teve influência marcante. Visivelmente, o investimento norte-americano em financiamento de pesquisas de brasileiros abriu as portas às perspectivas científicas estadunidenses (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2010). A Ciência Política brasileira se consolidou durante a ditadura militar brasileira e sob influência da Ciência Política norte-americana, que, por sua vez, se consolidou em um período de macartismo que deu um recorte específico à disciplina (LESSA, 2010). Assim, o envolvimento da disciplina

com a transformação societal – positiva ou negativamente, sempre em pauta na discussão escolar – foi obstaculizado.

No Brasil, o repertório da Ciência Política foi formado por temáticas que, como vimos em nossa análise, não ganham muito espaço nos livros didáticos de Sociologia. A institucionalidade, considerada o *mainstream* da área (VALMORE, 2016), não é o que aparece mais marcado nas abordagens da maioria das categorias que procuramos. De fato, cidadania, movimentos sociais, direitos, poder, dominação, política, até mesmo o Estado e a própria Ciência Política, quando apresentados, são tratados pela via “societalista”. Em algumas das categorias, conforme analisamos, aparecem as questões cronológicas, normativas, filosóficas, e menos as institucionais. Não deixam, ainda assim, de pautar-se em questões especificamente políticas.

A orientação empíricista e institucionalista da Ciência Política tem pontos de contato com os livros analisados nas apresentações de noções sobre regimes e sistemas políticas, sobre as características institucionais da democracia. De fato, quando a proposta da disciplina escolar é uma abordagem mais holista, é difícil pensar objetos e perspectiva tão altamente especializados tendo destaque no saber escolar.

Para além disso, a história da disciplina mostra que ela, até mesmo, se baseou num afastamento em relação à escola. Ainda estão nos primórdios as pesquisas e proposições que relacionam Educação Básica e Ciência Política. Um bom exemplo são os encontros da Associação Brasileira de Ciência Política, que tem, atualmente, um grupo de trabalho sobre Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais – um indicativo de avanço, em nossa perspectiva. Ao mesmo tempo, é um limite o fato de que a área temática divide espaço entre ensino para Educação Básica e formação em nível superior. O comprometimento da área da Ciência Política com a formação de docentes de Educação Básica, com as pesquisas sobre a Educação, com a seleção e preparo de conteúdos

para o Ensino Médio (e, talvez, para outros níveis da Educação Básica e para a Educação Popular) ainda são questões a serem incorporadas pela comunidade acadêmica.⁹

O Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica é outro exemplo, com grupos de trabalhos sobre os conhecimentos de Política nos seus últimos dois encontros, em 2015 e 2017. Na data de produção deste artigo, ainda não foi divulgada a lista de grupos de trabalho do encontro de 2019.

Sobre a relação entre a academia e o saber escolar, a formação dos autores e autoras dos livros que analisamos pode ser um dado significativo, conforme mostramos no quadro a seguir.

QUADRO 1 – FORMAÇÃO DE AUTORES E AUTORAS DOS LIVROS DO PNLD 2015

Área de Formação	Graduação (*)	Mestrado	Doutorado
Ciências Sociais	28	4	4
Sociologia	1	5	3
Mestrado Profissional em Sociologia	-	1	-
Sociologia e Antropologia	-	4	1
Sociologia (com concentração em Antropologia)	-	1	-
Antropologia Social	-	1	1

⁹ O grupo existia no ano de 2017, quando da produção de nossa monografia, e teve mantida essa área temática no encontro de 2018, promovido na UFPR. O texto de síntese da área não explicita atenção com a Educação Básica, e volta o núcleo de seu conteúdo à formação em nível superior, embora mencione questões como “a integração entre diferentes níveis de ensino”, “técnicas e metodologias de ensino”, e a “função social do conhecimento”. Cf. ABCP. **Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/eventos/11o-encontro-abcp/areas-tematicas>>.

Área de Formação	Graduação (*)	Mestrado	Doutorado
Antropologia	-	1	-
Ciência Política	-	4	1
Relações Internacionais	-	2	-
Educação	-	-	2
História	5	4	2
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	2	-
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	-	1
Direito	1	-	1
Ciência da Comunicação	-	-	1
História e Teoria da Arte e da Arquitetura	-	-	1
Artes Visuais	-	1	-
Filosofia	-	1	-
Planejamento Urbano e Regional	-	1	-
Autores e autoras formados em cada nível do Ensino Superior (**)	31 (*)	31	18

FONTE: currículos de autores e autoras disponíveis na plataforma lattes, consideradas suas formações até o ano de 2013. Adaptado de SCHNEKENBERG, Guilherme F. (**Ciência Política como Saber Escolar**: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015-2017.

NOTAS: (*) O currículo de uma das autoras de Sociologia em Movimento não trazia informação sobre sua graduação, conforme consulta à plataforma lattes no dia 01 de junho de 2017. (**) Os totais não referem-se a soma automática dos dados anteriores. Alguns autores e autoras têm mais de um curso de graduação ou de pós-graduação.

A primeira informação a observar é a maioria absoluta de autores e autoras formadas em Ciências Sociais. Quanto à pós-graduação, o maior

número se manteve nas Ciências Sociais ou na Sociologia. Também têm destaque a História, a Ciência Política e a Antropologia. É apressado fazer correlações definitivas, mas estes dados podem explicar a forte presença de elementos cronológicos apresentados nos livros de Sociologia, e o ainda pequeno espaço dado à cultura e à política.

Ainda, à exceção dos 19 autores e autores de Sociologia em Movimento, os outros livros foram escritos por uma maioria de docentes de Ensino Superior. Destes, a maioria tem produção sobre ensino de Sociologia, e muitas têm passagem pela Educação Básica, mas são cientistas e docentes consolidados no ensino superior. O impacto disso nos livros pode representar, então, uma disputa epistemológica da academia. No próximo tópico, discutiremos como as diferentes abordagens nas categorias que analisamos, sobretudo, o conceito específico de Política.

Os temas da Política nas obras analisadas

Quanto à política como categoria, há dois usos mais comuns nas obras analisadas: num sentido substantivado, mencionam-se ações e estratégias planejadas e executadas pelo Estado (ou por outras instituições); num sentido adjetivado, a política caracteriza fenômenos, ações e contextos que guardam relação com a institucionalidade da política e a disputa por influência nas decisões de uma sociedade. Os elementos destas abordagens são apresentados no quadro 2, disponibilizado nos anexos.

Dos seis livros, apenas dois deles não apresentam noções explícitas do conceito de política.¹⁰ Dentre os outros, entretanto, é importante apontar que apenas dois dos livros dão a definição de maneira

¹⁰ Cf. BOMENY et al. *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. 2013; Cf COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013.

pontuada: no livro *Sociologia Hoje*, “a política é a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência” (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2013, p. 209); no livro *Sociologia em Movimento*, “a política é entendida, de forma geral, como um meio para resolver conflitos na esfera pública, ou seja no âmbito do Estado” (SILVA et al., 2013, p. 125). Esta ligação da política com a ideia de decisões sobre o conjunto da sociedade se repete em outros livros, se associando, em diferentes graus, à noção institucional sobre a política. Em cinco dos livros, o núcleo da política está contido nas discussões, decisões, mediações entre interesses feitas no espaço público.¹¹

Mais disciplinar à Sociologia, *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* dá menos espaço à Ciência Política, e dá, também, uma definição mais disciplinar desta área. Assim, as autoras deste livro dedicaram poucos capítulos a temáticas que consideramos específicas da política. Quando o fizeram, repetiram aquela marca institucional, como com descrições de regime ou o destaque institucional da política brasileira.

Dentre os outros cinco livros, dois dão um destaque significativamente maior aos aspectos não institucionais que os outros três. O livro *Sociologia*, marcado pelas questões da desigualdade, enfatiza a contradição e a transformação, e o livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*, ao dar bastante espaço aos movimentos sociais, marca sua noção de política com a disputa da organização da sociedade.¹² Os autores e autoras destes dois livros demonstraram uma tendência a marcar as outras categorias da política pelo conflito e pela mudança social. De fato, *Sociologia* retoma constantemente as questões de poder, enquanto

¹¹ Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. *Sociologia Hoje*. 2013; ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. *Sociologia*. 2013; Cf COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013; SILVA et al. *Sociologia em Movimento*. 2013; TOMAZI. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2013.

¹² Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. *Sociologia Hoje*. 2013; Cf ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. *Sociologia*. 2013; COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013; SILVA et al. *Sociologia em Movimento*. 2013; TOMAZI. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2013.

Sociologia para Jovens do Século XXI pontua os movimentos sociais em diversos dos temas que aborda.

Predominantemente, os livros não estão marcados por uma visão essencialmente institucional sobre a política. Isto, em si, não seria um indício da ausência da Ciência Política nas obras didáticas, mesmo que o aspecto institucional possa ser tomado como foco principal da área. Os livros didáticos escapam da noção vinda da Ciência Política mais estreita, para abordar a política vinculada ao envolvimento com o espaço público.

Tal preocupação com a participação na política poderia ser encontrada em autores e autoras anteriores à institucionalização da Ciência Política no Brasil, em teóricos da política que a concebem ainda num âmbito reflexivo, ou normativo. A questão da vontade coletiva, da sociedade civil, da política numa noção mais ampliada não localiza a abordagem dos livros didáticos na Ciência Política em seu sentido estreito.

A noção de política, como conceito que agrupa as outras categorias analisadas, também marca suas apresentações e abordagens, e o espaço dado aos conteúdos de política. Os livros que dão uma abordagem menos institucional à política conferem um tratamento mais aprofundado ao mobilizar as outras categorias, em noções que também não têm a institucionalidade, ou mesmo a própria política, como aspecto central.¹³

Dessa forma, quando a política aparece com frequência nos livros, está mais próxima de uma abordagem societalista, não tratada nos aspectos específicos à política institucional. Predomina nos livros uma abordagem que diz mais respeito às lógicas sociais, culturais, econômicas, e que toma uma política – ação como objeto. Os livros didáticos não repetem a alta autonomização do fenômeno político como opera a Ciência Política. Há algumas constantes na abordagem das categorias em geral, as

¹³ Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. **Sociologia Hoje**. 2013; Cf ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. **Sociologia**. 2013; COSTA; OLIVEIRA. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 2013; SILVA et al. **Sociologia em Movimento**. 2013.

quais agrupamos em nossa monografia de forma e que tentaremos pontuar aqui também.

Em primeiro lugar, quando se trata de movimentos sociais, cidadania e participação social, e direitos, as abordagens estão fundamentadas em uma multiplicidade de disciplinas. Com efeito, elementos cronológicos, e às vezes formais, ganham centralidade no conjunto dos livros. O aspecto normativo da participação social aparece, mas nunca com viés ideológico estático e inflexível. Sem exceções, os livros valorizam a participação popular organizada, o envolvimento da população com a política, cada um com as distintas escolhas de seus autores, obstaculizando apenas o autoritarismo.

Um segundo conjunto tem raiz na Sociologia. Poder e dominação são categorias tradicionalmente da disciplina, mas que também são parte da base da Ciência Política. Na abordagem dos dois conceitos, os seis livros dão centralidade à Sociologia. O Estado, diferentemente, num terceiro grupo, é apresentado com base na Sociologia, na História, na Economia e na Filosofia.

As abordagens mais institucionais apenas prevalecem quando o assunto são a democracia, o governo, os regimes e os sistemas políticas. Neste quinto grupo, os livros dão espaço a uma Ciência Política *hard science* parecido com como a conhecemos na tradição acadêmica brasileira. Quinto grupo, a própria Ciência Política ganha contornos distintos dos acadêmicos quando apresentada: poder, política e Estado aparecem como os objetos ou conceitos de preocupação da área. Tais apresentações não estão presentes em dois dos livros (Sociologia para Jovens do Século XXI e Sociologia para o Ensino Médio), coincidentemente ou não, os dois livros que trazem uma presença mais

significativa da História (central mais no livro de Tomazi do que no de Costa e Oliveira).¹⁴

Sociologia Hoje, dividido em três unidades que poderiam ser tomadas como correspondentes às três áreas das Ciências Sociais, é o que inclui uma definição mais institucional da Ciência Política e apresenta mais cientistas políticos e cientistas políticas ao longo de seu texto. Quando pontuam a mobilização a pesquisadores e pesquisadoras que têm sua formação na Ciência Política, os livros colaboram para a compreensão de alunos e alunas a respeito, até mesmo, da existência da área. Pode não ser indispensável conhecer cientistas políticos, entretanto, ao pontuá-los, os livros permitem que alunos e alunas da Educação Básica reconheçam a especificidade da disciplina e possam recuperar dela os elementos relevantes para a compreensão dos fenômenos sociais. E esta é uma opção, mais ou menos consciente, dos autores e autoras dos livros didáticos sobre a relevância desta apresentação.

Afinal, se a Ciência Política tem especificidade suficientemente relevante para ser uma disciplina autônoma, também tem contribuições significativas às quais a população brasileira merece ter acesso logo na Educação Básica. Na próxima seção, faremos nossas considerações finais sobre essas e outras questões.

A Política nos livros didáticos

A presença da Política nas obras escolares de Sociologia tem pouca sistematicidade: os diferentes temas deste grupo ganham pouco espaço no livro didático, podendo ser abordados em outros capítulos sem ter o tema principal ao qual o texto se dedica.

¹⁴ Cf. COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013; TOMAZI. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2013.

Os diferentes conteúdos, nos livros, são apresentados a partir de uma multiplicidade de saberes de referência: Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Teoria Política, História, Economia, Direito. Na construção de nosso saber escolar, ao menos nos livros analisados, não há centralidade ao método próprio das Ciências Sociais para abordar a política. São tratados os diferentes temas sob aspectos sociais, normativos, cronológicos, econômicos, formais, aparecendo o institucional como mais um aspecto, e de algumas das categorias estudadas em nossa monografia (não aparece em todas).

O sentido descritivo, formal, empiricista, quantitativista e institucionalista, que identificamos como abordagem central da Ciência Política, é o que mais parece mobilizar a disciplina nos textos escolares. Assim, não nos parece profundamente presente nos livros que analisamos. De certo modo, a alta especificidade e isolamento de seu objeto de estudo não contempla a função da Educação Básica, de fornecer um conhecimento de mundo mais holístico.

A lógica de mercadoria do livro didático, o contexto de decadência ideológica do capital e desvalorização do conhecimento científico nos parecem motivos para explicar a falta de sistematização da ciência nos didáticos em geral. Os conteúdos que analisamos, ainda, constitui fonte fértil de estudo para estudantes de Ensino Médio. Uma explicação melhor definida das diferentes escolhas feitas pode vir dos diferentes modelos de formação pelos quais autores e autoras passaram, além de suas posições relativas ao saber escolar.

Como temos discutido a partir da educadora Nereide Saviani, diferentes visões de escola, de sujeito/estudante, de mundo e sociedade, de ciência e epistemologia (SAVIANI, 2003), além da relevância dos conhecimentos e da construção do saber escolar, têm impacto direto na seleção de conteúdos, nesse caso, para construir o livro didático. Entendendo saber escolar pelo conjunto de conhecimentos, ideias, valores,

técnicas etc selecionados e organizados para fins de ensino (SAVIANI, 2003), entendemos a possibilidade da presença da Ciência Política, mas também podemos compreender a escolha em não colocá-la como saber de referência central.

Pontuamos, novamente, a relevância da área e a urgência de a comunidade científica pensar conteúdos, método e metodologias para a Educação Básica, investigar a educação, se envolver com a formação de docentes. Se é possível compreender certa “ausência” da Ciência Política a partir de sua relação com o saber escolar, também colocamos a construção de sua presença como necessidade. Uma política curricular mais avançada possibilitaria que a totalidade da população tenha acesso aos métodos científicos mais exitosos para compreender (e transformar) o fenômeno da Política. Nesse sentido, é preciso recorrer aos conhecimentos relevantes específicos da área, bem como é importante que a área se abra aos temas mais recorrentes que precisam ser tratados pela instituição escolar.

Isso serviria como mais um apoio na construção democrática do país e da escola. Além desses apontamentos já feitos em nossa monografia, o ataque ao conhecimento científico e às instituições democráticas precisa ser combatido com ciência e os valores civilizatórios socializados na escola. Ao contrário do que se afirma na mídia e outros espaços, nenhum dos livros de nossa investigação demonstra enfoques unilaterais. A única normatividade presente é o próprio envolvimento com a política – sobre em que posição isso acontecerá, o conteúdo dos livros didáticos não dita duras regras.

Como constatamos em nossa análise, as obras apresentam contradições e diferentes embates históricos de um ponto de vista analítico, e defendem a participação social para a construção da sociedade. Nesse sentido, nada mais há que celebrarmos e avançarmos na apresentação destes debates com o aporte científico da área das Ciências

Sociais. É para essa direção que chamamos a Ciência Política, (e a Antropologia e a Sociologia), a continuar contribuindo com o debate – afinal, se elas têm algo a dizer sobre fenômenos políticos, culturais e sociais, têm algo a trazer para a Educação Básica.

REFERÊNCIAS

Referências documentais (Livros Didáticos)

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. São Paulo, Ática, 2013. 328p.

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo, Scipione, 2013, 304p.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo, Editora do Brasil, 2013, 384p.

COSTA, Ricardo César Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio, 2013, 399p.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo, Moderna, 2013, 400p.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2013, 368p.

Documentos Oficiais

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação 01/2013-CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, 2006. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília, Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

BRASIL. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+ – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília, MEC, 2002. 101p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 14 jan 2017. Brasil.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília, MEC, 2000. 75p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em 14 jan 2017.

Referências bibliográficas

ABCP. Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais (Área temática) – Site da Associação Brasileira de Ciência Política e Relações Internacionais. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/eventos/110-encontro-abcp/areas-tematicas>>. Acesso em 21 fev 2019.

CASSIANO, Cristina de Figueiredo. O Mercado do Livro Didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 242f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. Adoção do Livro Didático de Sociologia na Educação Básica: estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba. 2015. 120f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio) – Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2015.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>>. Acesso em 20 mai 2017.

GUELFI, Wanirley. O Movimento da Sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: as reformas do secundário e os programas de ensino do Colégio Pedro II. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 11-30, jan/jun., 2007.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A Gênese da Ciência Política Brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 79-98, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In.: _____ (Org.). **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e Divisões na Ciência Política Brasileira: explicando sua produção acadêmica. **Rev. Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 149-182, out., 2010.

LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In.: MARTINS, Carlos Benedito. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: ciência política. Coordenação de área: Renato Lessa. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 13-49.

MALANCHEN, Julia. **Cultura, Conhecimento e Currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea).

MEUCCI, Simone. Notas para um balanço crítico da produção recente dos livros didáticos de sociologia no Brasil. In.: OLIVEIRA, Luiz Fernandes (Org.). **Ensino de Sociologia**: desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais. 1. ed. Seropédica: Edur, 2013. v. 500. p. 66-73. Disponível em:
http://docs11.mnhateca.com.br/857556324,BR,o,o,Ensino_de_Sociologia_desafios_teoricos_e.pdf. Acesso em: 04 jun 17.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 3, p. 209-232, jan/jun., 2014.

MEUCCI, Simone. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, jan/jun., 2007.

OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no ensino médio: uma análise a partir dos livros didáticos. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.28, n. 2, p. 01-23, jul/dez, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: 15 fev, 2017.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SCHNEKENBERG, Guilherme F. **(Ciência) Política como Saber Escolar:** uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015. 2017. 103f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. In.: BRITO, Silvia Helena Andrade de (Org.) **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. (Coleção memória da educação).

VALMORE, Fabiane Helene. **A Ciência Política no Brasil:** Tema, Teoria e Método na percepção dos editores de sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1). 2016. 8of. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

APÊNDICES

QUADRO 2 – CONCEITOS APRESENTADOS NOS PCN

Conceitos, métodos e objetos das Ciências Sociais conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais		
Família Estado* Senso comum Sociologia como ciência da Sociedade Socialização total Rede de relações sociais Interação social Sistemas sociais Castas, estamentos e classes sociais Exclusão e Concentração Normas e padrões Socialização	Fatos Sociais Cultura Observação-participante Diversidade cultural Sociedades complexas Experiências culturais Rede de relações Papeis sociais Identidades Sociais Ideologia Indústria cultural	Meios de Comunicação de Massa Alienação Conscientização Vida social Linguagem – como comunicação e sentido Instituição social Política* Relações de poder* Sistemas econômicos Democracia* Movimentos sociais*

FONTE: BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. 2000. Adaptado de SCHNEKENBERG, Guilherme

F. (Ciência) Política como Saber Escolar: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015. 2017.

NOTA (*): Estes são os conteúdos que foram considerados específicos da política para a investigação apresentada aqui.

QUADRO 3 – AS CONCEPÇÕES SOBRE A CATEGORIA ‘POLÍTICA’ NOS LIVROS DIDÁTICOS

Livro	Abordagens
Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - Exercício da política: é “por meio dela que os seres humanos podem transformar a realidade” (p. 182). (capítulo 7 – Política, cidadania e Estado); “Fazemos política quando, no local de trabalho, nos unimos para conquistar melhorias ou participarmos do sindicato” (p. 182). (capítulo 7 – Política, cidadania e Estado); Abordagens não explicitadas em outros capítulos: - ações planejadas e executadas por governos; - a caracterização de fenômenos e ações, num sentido de disputa por poder mais do que da política institucional.
Sociologia em Movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Exercício do poder. (capítulo 6 – Poder, política e Estado); - Disputa por poder, especialmente na esfera pública. (capítulo 6 – Poder, política e Estado); Abordagens, não explicitadas, em outros capítulos: - políticas públicas, as ações que são planejadas e executadas por instituições; - política como caracterização de fenômenos e ações na sociedade, como “contextos políticos” ou mobilizações. Nesse sentido, a caracterização engloba a política institucional e as disputas para influenciar as decisões; - a politização da população, numa preocupação com a politização das classes mais baixas ou em condições de desigualdade; - Destaque nos capítulos da Unidade 5 – Globalização e sociedade do século XXI. Forte presença da “política”, em relações econômicas, relações entre países etc.
Sociologia Hoje	<ul style="list-style-type: none"> - “a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência” (p. 209) (apresentação da Unidade 3 – Poder e Cidadania); Abordagens, não explicitadas, em outras unidades: - ações planejadas de um governo ou de um grupo; - caracterização de fenômenos e ações relacionadas à institucionalidade da política e às disputas pelo poder.
Sociologia para Jovens do Século XXI	<ul style="list-style-type: none"> - Sem definição explícita de política; - Surgimento do termo na Grécia Antiga: envolvimento com a cidade/espaço público (capítulo 13 – “É de papel ou é pra valer?” Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo); Outras abordagens: - ações planejadas e executadas por uma instituição como o Estado (e empresas);

Livro	Abordagens
	<ul style="list-style-type: none"> - qualificação de ações, posicionamentos, mobilizações, entre várias outras coisas, como aquelas que têm a intenção de disputar a forma como a sociedade se organiza, distribui recursos, garante direitos; - caracterização de fenômenos/contextos relacionados à disputa e à política institucional.
Sociologia para o Ensino Médio Sociologia para o Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Aparecimento da noção de política em discussão sobre a despolitização: “neutralizada e esvaziada como instrumento de mediação entre o individual e o coletivo, campo de discussão das ideias e de projetos políticos divergentes e em conflito” (p. 174), para discutir a despolitização. (Capítulo 13 – A democracia no Brasil); Outras abordagens: - conjunto de ações planejadas e executadas por uma instituição; - local institucional ou não institucional de disputa por influências; - influência ou resultado de desigualdades (capítulo 8 – A Sociedade Capitalista e as Classes Sociais).
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> - Sem definição explícita de política; entretanto, a finalidade da política é marcada pela manutenção do Estado e pelas relações de poder. (capítulo 4 – Saber sobre a astúcia e as manhas da política); - noção de política na Grécia Antiga: procedimentos de governar, defender interesses e organizar a comunidade urbana; - ação planejada e executada para uma questão social; - caracterização de fenômenos relacionados à política institucional.

FONTE: AMORIM; BARROS; MACHADO. *Sociologia Hoje*. 2013; ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. *Sociologia*. 2013; BOMENY et al. *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. 2013; COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013; SILVA et al. *Sociologia em Movimento*. 2013; TOMAZI. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2013. Adaptado de SCHNEKENBERG, Guilherme F. (*Ciência*) Política como Saber Escolar: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015. 2017.